

PLANO DE GOVERNO PARA RORAIMA

Teresa Surita

CANDIDATA A GOVERNADORA



RORAIMA MUITO MELHOR

PROGRAMA DE GOVERNO – 2023/2026

INTRODUÇÃO

Roraima é o estado menos populoso do Brasil. Sua população é de 631.181 habitantes, de acordo com as estimativas do IBGE (2020). A unidade é também a menos povoada da Federação, com densidade demográfica de 2,01 hab/km², conforme o último Censo (2010). A taxa de urbanização do estado era 76,55% em 2010. Com base nesses dados, será necessário trabalhar com planejamento de ações para 4 anos de governo, considerando todas as dificuldades e desafios que serão enfrentados.

Para isso, eu, Teresa Surita, fui escolhida como candidata pela Coligação Roraima Muito Melhor, através de um processo democrático, que tem nesta base programática uma convergência de objetivos comuns com o interesse do povo roraimense e que formam as diretrizes básicas deste Programa de Governo.

Com objetivo de definir prioridades, promovemos nos últimos meses, centenas de encontros para ouvir a comunidade, através do Programa Vozes do Interior e da Capital, pelo canal de sugestões do nosso site – Plano de Governo Colaborativo e reuniões com diversas entidades da sociedade civil, empresários e potenciais investidores. Ouvimos e relacionamos as principais demandas da população do nosso estado, percorrendo todas as regiões, assim como conversando com os melhores especialistas nos temas mais relevantes que nos foram apresentados, afim de identificarmos soluções e iniciativas factíveis de atendimento dos objetivos prioritários à população roraimense; e finalmente construímos este documento com a participação de centenas de colaboradores voluntários, especialistas, técnicos, gestores, intelectuais e simpatizantes do meu projeto de governo.

Este Programa de Governo é o ponto de partida de um processo dinâmico, democrático e aberto, que desejamos debater com a sociedade e aprimorar, para que eu, sendo eleita governadora do estado de Roraima, possa torná-lo a principal referência para a elaboração do Plano Plurianual de Investimentos e das demais leis orçamentárias. No entanto, a cada dia cresce a população, cresce a urbanização desenfreada, crescem as exigências da sociedade por melhores serviços de saúde, educação, infraestrutura, como estradas e saneamento básico, agricultura, segurança pública, atividades culturais, esportivas, entre outros. Sabemos que ainda temos muito para fazer, pois queremos que Roraima seja, cada vez mais, um lugar melhor para se viver. Nosso compromisso é com o futuro do cidadão roraimense, seja ele de qualquer grupo de idade, raça, classe social ou religião.

Para orientar a leitura do nosso Programa de Governo, definimos alguns eixos de atuação e, para cada eixo, diretrizes básicas que irão nortear nossa gestão e nossas iniciativas.

Queremos os municípios cada vez mais perto do cidadão, assim mais eficiente será a gestão pública estadual, fortalecendo os municípios. A participação popular democratizará a gestão ao trazer o cidadão para acompanhar e avaliar as políticas públicas. A gestão pública aberta à participação será um norte de nossa atuação à frente do governo, buscando atuar em parceria com toda a população e com o setor privado. Vamos procurar, sempre que possível, atuar com a colaboração da população, em sintonia com as suas necessidades. Eficiência para gerir com responsabilidade o tributo pago pelo cidadão e prover mais e melhores serviços públicos para as pessoas. Isso pressupõe um compromisso da gestão estadual com uma eficiente alocação dos recursos públicos, visando à eliminação de despesas supérfluas e de desperdícios. Gestão eficiente será nossa missão na administração. Exercerei uma gestão ágil e desburocratizada, mantendo e fortalecendo direitos e deveres do servidor público. A qualidade de vida do cidadão roraimense será sempre nossa meta principal. Nesse sentido quero afirmar alguns compromissos com a população, que estarão pontuados mais à frente e, de antemão, garantir aos servidores públicos estaduais que não faremos nenhuma alteração na carga horária atual ou expediente corrido, inclusive dos professores da rede estadual.

Por fim, vamos pautar a administração estadual aberta ao controle social, com base no Programa Braços Abertos, realizado na prefeitura de Boa Vista. Nosso conceito será abrangente em todas as áreas da nossa gestão: compromisso de conformidade em todas as atividades da nossa gestão, combate rigoroso à corrupção e ao desperdício de recursos públicos, atendimento eficiente e humano do cidadão em busca dos serviços de saúde, educação e segurança, acesso às informações públicas, na perspectiva de um governo aberto e transparente, para que a sociedade possa aferir o desempenho de todas as áreas da administração estadual.

A atenção à primeira infância deve ser prioridade nas políticas públicas brasileiras. O período, que vai da gestação até os 6 anos de idade, é crucial não apenas para o desenvolvimento individual das crianças, mas para o crescimento do país e a redução da desigualdade social, como apontam diversos estudos. Para isto, serão utilizadas metodologias e práticas já testadas mundialmente para esta redução. E, para avaliar, contamos com indicadores como saúde, nutrição, segurança e proteção, parentalidade e educação infantil, além de dados demográficos. Por isso, iremos apoiar as prefeituras municipais, inclusive com recursos financeiros, na atenção à primeira infância, desde o pré-natal e durante a vida escolar das crianças e dos jovens, preparando-os para a vida adulta e profissional.

Criaremos um ambiente que favoreça o empreendedorismo e atração de capitais para investimento em nossa economia. Por meio da melhoria do ambiente de negócios e da

segurança jurídica para investidores, temos a convicção de que os investimentos produtivos e a geração de empregos voltarão a crescer significativamente em Roraima.

Além disso, criaremos estímulos para as atividades de inovação e desenvolvimento de novas tecnologias e adotaremos procedimentos que simplificarão as atividades produtivas.

A educação receberá em nossa gestão, uma prioridade significativa, como foi realizado na prefeitura de Boa Vista, que se tornou a capital da primeira infância, e assumimos aqui o compromisso de ampliar substancialmente o número de vagas na rede pública estadual.

Entendemos que o futuro das novas gerações será decidido nas salas de aula. Não basta estar na escola, é necessário aprender, valorizar o professor, usar a flexibilidade do ensino técnico para dar mais empregabilidade aos jovens e estimular as atividades esportivas.

Estamos certos de que, trabalhando muito e juntos, dias melhores virão, com uma melhor qualidade de vida para todos, na capital e no interior, para idosos, crianças e jovens, em todos os segmentos sociais, e com isso **Roraima será muito melhor.**

PROGRAMA DE GOVERNO TERESA SURITA – 2023/2026

EIXOS

- **EDUCAÇÃO**
- **SAÚDE**
- **AGRICULTURA**
- **SEGURANÇA PÚBLICA**
- **ECONOMIA, TRABALHO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**
- **LOGÍSTICA, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA**
- **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E ENERGIA**
- **MODERNIZAÇÃO, INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO**
- **HABITAÇÃO**
- **CULTURA**
- **ESPORTE E LAZER**
- **TURISMO**
- **POLÍTICAS TRANSVERSAIS E SOCIAIS**

EDUCAÇÃO

DIRETRIZES

A Educação Básica de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Num dos fundamentos do projeto de Nação que estamos construindo, a formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças.

Temos a convicção de que o desenvolvimento só se efetiva mediante a oferta de uma educação de qualidade, num esforço colaborativo envolvendo o estado, a família e a sociedade, conforme preconiza o próprio artigo 205 da Constituição Federal. Também, em consonância com este mesmo artigo, quando falamos em qualidade estamos nos referindo ao desenvolvimento pleno das pessoas, preparando-as, não só para atender às novas demandas do século XXI, mas para que possam ter uma vida plena, o que em última análise corresponde ao seu sucesso pessoal, social e profissional. Por isso, a educação ocupa um lugar de destaque nas sociedades contemporâneas e nas políticas públicas de governos que têm compromisso com o futuro das pessoas. Desenvolver plenamente as pessoas significa para nós o desafio de oferecer uma educação integral, que assegure o direito constitucional ao aprendizado pleno. O mercado do trabalho está passando por transformações profundas, carregadas pela automação dos processos, impactando a vida de milhões de pessoas. Isso exige pessoas preparadas para além dos aspectos cognitivos, mas que possuam habilidades desenvolvidas, como abertura ao novo, colaboração, pensamento crítico, criatividade, comunicação, entre outras que lhes permitam responder às atuais e futuras demandas deste novo mundo do trabalho. Assegurar esse desenvolvimento pleno significa oferecer uma nova escola para as nossas crianças e aos nossos jovens, com professores valorizados e bem formados, com gestores profissionais e preparados para trabalhar em prol de uma gestão por resultados, na perspectiva de alcançar as metas educativas das políticas públicas e da própria sociedade organizada. Temos consciência de que jovens bem preparados, mediante a oferta dessa educação integral, vão precisar ter assegurado, pelas políticas governamentais, a continuidade dos seus estudos, para que possam ir além de uma educação de base.

Nesse sentido, estamos particularmente nos referindo à alfabetização de nossas crianças. Não é mais admissível, em pleno século XXI, que tantas crianças ao completar sete anos de idade ainda não estejam alfabetizadas. Esse é um compromisso inadiável que faremos com todos os municípios do estado, para que isso aconteça.

É por isso que, além das Diretrizes Gerais para Educação Básica e das suas respectivas etapas, quais sejam, a Educação Infantil, Fundamental e Média, também integram a obra as diretrizes e respectivas resoluções para a Educação no Campo, a Educação Indígena, para os ribeirinhos, e apoio aos municípios para a Educação Especial, para Jovens e Adultos.

PRINCIPAIS PRIORIDADES

1. Implementar a Educação Integral, propiciando inclusive maior tempo de permanência dos alunos na escola, com atividades culturais, esportivas e recreativas, articuladas com os diferentes equipamentos públicos e secretarias parceiras.
2. Fortalecer os mecanismos de participação de todos os profissionais da educação e da comunidade na gestão escolar.
3. Proporcionar qualificação e formação continuada a todos os trabalhadores da educação, de acordo com as necessidades e indicações apresentadas por cada categoria, com estabelecimento de parcerias com instituições acadêmicas e demais secretarias.
4. Criar projeto de prevenção à violência nas escolas, oferecendo suporte à comunidade escolar nos processos de tratamento de conflitos, fortalecendo a rede de proteção.
5. Manter e fortalecer as escolas técnicas e militares com oferecimento de uniformes gratuitos, bem como especializar as escolas técnicas em municípios estratégicos que permitam que alunos dos municípios vizinhos venham a estudar, sem ter que deslocar-se para a capital.
6. Priorizar a formação e qualificação dos diretores, professores e servidores da educação.
7. Melhorar substancialmente a qualidade da alimentação básica, com fortalecimento nutricional.
8. Melhorar as infraestruturas das escolas existentes, bem como construção de novas escolas, onde existir demanda, garantindo o acesso às unidades de ensino, com transporte escolar.
9. Fortalecer a formação dos professores, grade curricular e reconhecimento da carreira com melhoria gradativa dos salários atuais. Os professores terão sua valorização adequada, assim como outros estados brasileiros que já o fizeram.
10. No campo da qualificação, será necessária a atualização dos conhecimentos em tecnologia e afins para facilitar o uso de equipamentos, como computadores rápidos e notebooks que serão adquiridos pelo estado. Sem internet de qualidade, não se avança na educação moderna.
11. Quanto ao ensino superior, a atenção será voltada à estruturação da Universidade Estadual e interlocução com a Federal. É necessário incentivar a pesquisa nos campos de interesse do estado de Roraima, como inovações em áreas como agricultura, tecnologia e florestas. A UERR precisa estar no interior do estado, garantindo oportunidade de cursos técnicos e superior aos jovens.
12. Retomar o programa de bolsas universitárias.
13. Implantar sistemas de compras seguras e eficientes evitando gastos excessivos e desnecessários, reduzindo desperdícios.

SAÚDE

DIRETRIZES

A saúde pública é um dos mais importantes temas no âmbito de governo, representando uma das minhas principais prioridades, como candidata ao governo do estado de Roraima. Dentro deste importante contexto da administração pública, dois aspectos nos parecem essenciais: o apoio às ações assistenciais e à manutenção dos serviços de responsabilidade do estado. As ações assistenciais terão dois componentes principais: o fortalecimento e a descentralização da rede ambulatorial e hospitalar do estado e o apoio aos municípios no atendimento dos procedimentos necessários.

Para efetivação destas ações, faz-se necessária a utilização dos recursos mais atualizados de tecnologia da informação e da comunicação. Estes recursos deverão ser aplicados em diversos níveis de ação, especialmente naqueles onde há interface direta com o cidadão. O gerenciamento de dados clínicos, a gestão do acesso, da referência e da contrarreferência são componentes importantes para a boa assistência da saúde e que dependem de tecnologia. A rede hospitalar, composta pelos hospitais próprios do estado trabalhará de forma integrada e em complementariedade com prestadores privados, para que fique clara a responsabilidade de cada um, bem como a maneira pela qual os pacientes acessam cada um dos serviços. O apoio aos municípios, no que diz respeito a atenção básica, deve acontecer a partir do fornecimento de orientações necessárias aos municípios. Outra prioridade será a manutenção e melhoria dos programas já existentes no estado, que a população avalie como de sucesso. Considerando a complexidade das políticas públicas de saúde, cabe ao gestor público se municiar de ferramentas e métodos capazes de enfrentar os problemas que a realidade apresenta. Com tecnologia, método e capacidade gerencial, seremos capazes de propor soluções criativas e inovadoras, respeitando o princípio da economicidade e da transparência, atributos essenciais da administração pública.

PRINCIPAIS PRIORIDADES

1. Acabar com a corrupção na gestão da saúde estadual.
2. Garantir um tratamento digno aos profissionais de saúde, aos pacientes e seus familiares.
3. Garantir que as unidades de saúde do estado ofereçam condições de trabalho e atendimento com qualidade.
4. Realinhar e tornar o HGR um modelo de gestão estadual, começando pelo atendimento mais humanizado, pela modernização dos meios de comunicação e acesso dos seus serviços e melhoria na triagem da população, que ali tem seu principal ponto de atendimento às suas necessidades.
5. Modernizar as instalações e os equipamentos dos hospitais estaduais.
6. Ampliar a oferta de serviços, especialidades, atendimento e equipamentos do HGR e dos demais hospitais públicos. Fazer com que o hospital de Rorainópolis funcione adequadamente, prestando um serviço de qualidade.

7. Garantir que a maternidade preste um serviço humanizado e de alto nível.
8. Requalificar os fluxos de medicamentos, principalmente os de alto custo oferecidos pelo governo estadual e federal.
9. Ampliar os leitos e atuar nas necessidades básicas da rede hospitalar do estado.
10. Construir hospitais ou unidades de atendimento regionais, de acordo com o planejamento da rede estadual e a demanda existente nas várias regiões do estado.
11. Construir IML regionais, evitando deslocamento desnecessário de famílias à capital em momento tão delicado, bem como modernizar o atual de Boa Vista.
12. Ampliar a assistência à mulher, crianças e idosos com atendimento facilitado e exclusivo.
13. Regionalizar os atendimentos, triagem, com respeito à população do interior do estado, que hoje precisa realizar grandes deslocamentos para um simples atendimento.
14. Apoiar e fortalecer os municípios dos Centros de Atenção Psicossocial, bem como melhoria do atendimento das pessoas com necessidades especiais e deficiências.
15. Fortalecer o SUS.
16. Capacitar e qualificar os servidores da saúde.
17. Implantar sistemas de compras seguras e eficientes, evitando gastos excessivos e desnecessários, reduzindo desperdícios.
18. Estimular ações de saúde preventiva, evitando a busca de atendimento presencial de situações facilmente contornáveis com a prevenção.
19. Desenvolver programas de apoio a dependentes químicos.

AGRICULTURA

DIRETRIZES

Com uma área agrícola de cerca de 110 mil hectares plantados, ainda pequena diante da área total produtiva, estimada em mais de 2 milhões de hectares, o território do nosso estado produz e poderá produzir muito mais grãos, carne, leite e outras culturas, através de grandes produtores e da agricultura familiar, assentamentos e cooperativas agrícolas, de onde brotam riquezas e empregos. O agronegócio é destaque no cenário nacional. No âmbito estadual, representa uma oportunidade de crescimento econômico e geração de empregos formais na economia roraimense. Com qualidade e eficiência, por meio de políticas públicas que promovam produtividade e renda ao produtor rural, e competitividade ao agronegócio, o estado de Roraima pode conciliar todos os usos da agricultura.

PRINCIPAIS PRIORIDADES

1. Compatibilizar a vocação do estado com os usos do solo nas várias regiões do estado de Roraima, a partir do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, ainda não implantado.
2. Garantir a aplicação da legislação para ampliar a área agricultável das propriedades rurais, de acordo com o ZEE.

3. Definir os conceitos inovadores que devem ser aplicáveis na agricultura, fortalecendo a produção de alimentos para população local, não esquecendo a necessidade de exportação dos nossos produtos, especialmente das commodities agrícolas e produtos pecuários.
4. Viabilizar, junto ao governo federal, recursos necessários para melhoria e obras estruturantes nas rodovias federais.
5. Garantir trafegabilidade nas estradas estaduais e vicinais, durante todo o ano, para escoamento da produção, bem como para facilitar a chegada de insumos e implementos agrícolas.
6. Desburocratizar e acelerar o Programa de Regularização Fundiária, considerando os aspectos legais, de modo a garantir a titulação das propriedades, oferecendo mecanismo de garantia para financiamento agrícola para os produtores.
7. Apoiar a pesquisa tecnológica em órgãos institucionais como Embrapa e universidades, a fim de construir condições inovadoras, tais como: condições do solo, sementes e produção. Com isso teremos uma agricultura e pecuária mais produtivas e com melhoria na produção, combate de pragas e doenças características das áreas agrícolas.
8. Levantar as condições das estradas. Assumir a responsabilidade pela execução de obras em vicinais e obras de arte (pontes de madeira e de concreto), no intuito do melhor entendimento para realizar obras de infraestrutura, melhorando a capacidade de escoamento.
9. Buscar recursos externos junto a órgãos federais para demandas energéticas no estado, bem como soluções de internet, atualmente um grande gargalo de nosso estado.
10. Conectar o estado de Roraima com os outros estados pertencentes à Amazônia Legal, a fim de realizar articulação para mecanismos de integração e desenvolvimento da região.
11. Resolver definitivamente a questão das barreiras sanitárias do estado, visando à preservação da autonomia e qualidade estadual dos produtos, bem como a ampliação da comercialização dos produtos locais para novos mercados. Efetivar um programa permanente e eficiente de controle de pragas, como a mosca da carambola e a febre aftosa. Fortalecer o trabalho da Agência de Defesa Animal e Vegetal de Roraima.
12. Promover as dinâmicas das várias práticas agrícolas sustentáveis com pouca visibilidade, mas com experiências de sucesso.
13. Facilitar a abertura de negócios no estado, promovendo incentivos de agilidade e facilidade. Democratizar e tornar célere a emissão de licenças ambientais e administrativas ligadas à produção.
14. Demandar condições ao crescimento da agricultura familiar, bem como os assentamentos rurais legais para crescimento deste setor, apostando na transferência de tecnologia e trabalhando em parceria com entidades empresariais como Sebrae e Federação da Agricultura. Para isso deverão ser construídas condições de infraestrutura, capacitação e formação destes trabalhadores.
15. Agilizar as tratativas com as comunidades indígenas, no sentido de fortalecer todas as ações de desenvolvimento de formação técnica, diálogos, assistência técnica nas áreas produtivas indígenas. Apoiar a produção indígena todos os anos e não só em véspera de eleição.

16. Apoiar e facilitar a comercialização dos produtos provenientes das comunidades indígenas, acabando com entraves burocráticos existentes que dificultam bons diálogos e proporcionam conflitos desnecessários.
17. Retomar e fortalecer o Programa de Aquisição de Alimentos, advindo da agricultura familiar, para a merenda escolar em todo estado.

SEGURANÇA PÚBLICA

DIRETRIZES

A violência e a criminalidade nas cidades têm sido apontadas como um dos principais problemas existentes no país. De maneira progressiva, a população como um todo, mas em especial as residentes em áreas periféricas, tem tido restrições para exercer o seu direito de ir e vir. Como forma de reverter esse cenário, formuladores de políticas públicas têm se dedicado com mais frequência a buscar soluções passíveis de serem implantadas. Como reflexo do crescente descontentamento social frente à violência e à insegurança pública, este tema foi elevado como prioridade na nossa agenda governamental.

PRINCIPAIS PRIORIDADES

1. Reformular a Política Estadual de Segurança, em consonância com a Política Nacional de Segurança.
2. Promover a articulação entre os órgãos públicos estaduais e municipais, visando planejar e implementar políticas públicas de prevenção da violência e ações de promoção da segurança urbana, com ênfase nas políticas públicas urbanas e sociais e na promoção da cidadania.
3. Implementar as políticas, diretrizes e programas de segurança urbana, a fiscalização do trânsito, a proteção dos bens, serviços e instalações.
4. Estabelecer parcerias com os órgãos de segurança federais, visando ação integrada nos municípios, inclusive com planejamento e integração das comunicações.
5. Contribuir para a prevenção e diminuição da violência e da criminalidade.
6. Assegurar o funcionamento prático dos mecanismos de participação social e comunitária nas questões relacionadas à segurança urbana.
7. Coordenar a execução da fiscalização de áreas de risco, facilitando o controle da violência urbana.
8. Favorecer a articulação, o intercâmbio de experiências entre os municípios, visando ao planejamento conjunto de ações integradas, possibilitando troca de experiências exitosas.
9. Apoiar o governo federal nas iniciativas de combate ao controle de fronteira como condição de fiscalização e controle ao tráfico de drogas.

10. Fortalecer os conselhos de segurança urbana nos municípios com altos índices de violência urbana.
11. Aumentar e capacitar o efetivo da polícia militar, como forma de aumentar as rondas e fiscalização, em todas as cidades do estado.
12. Modernizar os equipamentos e os veículos utilizados pela polícia militar.
13. Criar estruturas prisionais com capacidade de abrigar os infratores, de forma a qualificar e tipificar os infratores.
14. Utilizar equipamentos mais modernos como câmeras e outros dispositivos inibidores de violência.
15. Melhorar os dispositivos de denúncias como o 190, como forma de agilizar os atendimentos e emergências, contribuindo para o aumentando da sensação de segurança.
16. Fortalecer as ações do Corpo de Bombeiros com modernização dos equipamentos de combate aos riscos e capacitação das equipes.
17. Implementar programas de Defesa Civil com objetivo de prevenção das ações, com a elaboração do Plano Estadual de Redução de Riscos, para enfrentamento das situações de emergência e calamidade, com aplicação correta do dinheiro público.
18. Implementar o Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos.
19. Implementar dentro da polícia civil, central de inteligência para combate ao crime organizado.
20. Elaborar programas de inclusão dos detentos prisionais com atividades socioeducativos, com vista à reinserção na sociedade.
21. Realizar concurso público, de acordo com a demanda, para policiais militares e polícia civil.
22. Valorizar e capacitar os profissionais penitenciários e, se necessário, reforçar o efetivo garantindo os direitos já concedidos a outros agentes do sistema de segurança estadual.
23. Criar o Centro de Saúde da Segurança Pública, para oferecer serviços de saúde mental, nutricional e atividades físicas e esportivas para os profissionais das forças de segurança.

ECONOMIA, TRABALHO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

DIRETRIZES

É imprescindível o desenvolvimento de mecanismos de ação governamental que busquem aumentar e garantir a eficiência e a efetividade da gestão na administração pública do estado, sem onerar ainda mais os cofres públicos com aumento de despesas, nem onerar o cidadão com aumento da carga tributária. É importante realizar um rígido controle dos gastos e promover ações contínuas para estimular o aumento da atividade econômica, tais como: incentivos ao desenvolvimento da atividade econômica e geração de oportunidades de emprego e de renda, com simplificação do processo de abertura e regularização de empresas, estimulando o empreendedorismo; intensificação do uso de modelos de parcerias com o setor privado, com medidas de atração de capital nacional

e estrangeiro, visando à desoneração da estrutura administrativa, à racionalização da aplicação de recursos públicos e, sobretudo, ao aumento da efetividade das políticas públicas e boa gestão da previdência do estado. Para assegurar o bom desempenho das ações, é fundamental concentrar esforços no desenvolvimento e implantação de métodos efetivos de avaliação de resultados na gestão pública, com o estabelecimento de indicadores adequados, que visem otimizar as práticas de planejamento e execução orçamentária, com acompanhamento e avaliação dos impactos e resultados das ações e políticas propostas, assim como estimular e garantir as boas práticas de gestão dentro da estrutura da Administração Pública. Por fim, e não menos importante, deve-se assegurar a adoção de ações voltadas ao desenvolvimento regional, que alcancem todo o território do estado, reduzindo as desigualdades entre as regiões administrativas e garantindo aos municípios um canal de comunicação direto com o governo do estado de Roraima e as diretrizes de gestão.

PRINCIPAIS PRIORIDADES

1. Empreender forte articulação junto ao governo e bancada federal, e o governo da Guiana, para o asfaltamento da estrada que liga Roraima ao porto de Georgetown, na Guiana. Esta construção mudará a logística e o eixo de comercialização de importações e exportações a serem realizadas no estado, abrindo caminho para uma vantagem competitiva muito grande para os produtos locais.
2. Desenvolver estudos orientados para ações de incentivos fiscais que promovam setores estratégicos da economia, bem como regiões específicas das cidades, com baixo índice de atividade econômica, para atrair novas empresas e expandir as já estabelecidas.
3. Desenvolver estudos orientados para aproveitar as vantagens competitivas locais buscando, junto ao governo federal, incentivos fiscais específicos para os setores naturalmente mais competitivos, aqueles que quiserem trabalhar com Arranjos Produtivos Locais (APLs) ou correspondam às vocações econômicas do município.
4. Promover políticas para estimular o empreendedorismo e a inovação.
5. Realizar parcerias, visando à capacitação em gestão empresarial para desenvolvimento da inovação e competitividade das micro, pequenas empresas e empreendedores individuais.
6. Captar e incentivar a implantação de indústrias que utilizem energia limpa e alternativa, incentivando a economia limpa, com o uso de tecnologias sustentáveis.
7. Reduzir os entraves no processo e funcionamento das micro e pequenas empresas, bem como simplificar o recolhimento de impostos e facilitar o registro de empresas.
8. Criar mesa de diálogo permanente com o setor privado do estado, para a facilitação de processos, fluxos e incentivos legais que ainda não estão sendo aplicados, procurando desenvolver pequenas empresas e empreendedores individuais e “Startups”.
9. Realizar parcerias com os municípios para apoiar medidas simples de geração de emprego e renda, facilitando o diálogo com o Sistema S na capacitação e formação do cidadão roraimense.
10. Criar o Polo Tecnológico Estadual com conceitos vocacionais de nosso estado.

11. Criar a CODESAIMA Mineração, para realizar pesquisas e estudos minerais, com o objetivo de fomentar a indústria mineral no estado.
12. Fomentar, junto a associações e cooperativas, ações que possam contribuir para o aumento da geração de emprego e renda nessa perspectiva de mercado.
13. Incluir o desenvolvimento econômico na agenda de prioridade do estado.
14. Estimular a participação do setor privado no programa de jovens aprendizes e estágios.
15. Valorizar pequenos negócios através da Lei de Liberdade Econômica.
16. Apoiar as feiras públicas para compra de insumos dos produtores locais.
17. Orientar pequenos empreendedores sobre linhas de crédito e garantias.
18. Criar a Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Roraima.

LOGÍSTICA, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

DIRETRIZES

Um grande tema para o estado de Roraima reside neste eixo de transporte. Será necessário realizar um programa de ações para alocação de investimentos em construção de pontes, pavimentação de estradas vicinais. É uma grande oportunidade que o estado tem de expandir a sua rede de estradas, com investimentos públicos dos governos federal e estadual. Será necessário elaborarmos projetos consistentes para que possamos pleitear essas obras. Contudo, para os investimentos já contratados nestas áreas, precisamos dar continuidade na execução deles, na forma em que foram contratados, mas sempre considerando a exigência de qualidade nas obras.

Para poder implementar um programa forte na área de transporte, se faz necessário uma reorganização do estado nesta área, visando a centralização do planejamento estratégico nas Secretarias, com o objetivo de integrar, racionalizar, padronizar e otimizar todas as propostas e implementar as ações de planejamento. É necessário no âmbito da logística e transportes, pensar como poderiam ser as infraestruturas de todos os modais de transportes, a saber: rodoviário, hidroviário, aeroviário, visando à maior eficiência do sistema de transportes, de forma a promover um choque de produtividade na economia do nosso estado. O objetivo final deste programa de investimentos para o estado, será a construção de uma rede de alta capacidade, com estradas asfaltadas, com alto padrão de serviços e pontes de concreto, proporcionando segurança no deslocamento da população a todas as localidades do estado, no escoamento de produtos e na chegada de insumos e implementos a Roraima.

PRINCIPAIS PRIORIDADES

1. Elaborar projetos de infraestruturas para as principais estradas que cortam nosso estado para identificar as várias necessidades e custos inerentes a realização de obras estruturais.
2. Elaborar carteira de projetos das estradas com ênfase nas vicinais para captação de financiamento e execução das obras necessárias dessas estradas.

3. Fazer gestão junto a órgãos financiadores de obras públicas e à bancada federal.
4. Apoiar todas as ações de melhoria nas condições de infraestrutura de comunicação, internet e outras formas de diminuir as interrupções nos serviços e as distâncias virtuais entre as áreas do estado de Roraima.
5. Levar telefonia celular para as cidades e vilas do interior do estado.
6. Realizar estudos para verificar a necessidade de mudanças de modal na logística atual do estado.
7. Apoiar os municípios em programas de planejamento da mobilidade urbana, reforçando as várias formas de mobilidade, inclusive ciclovias.
8. Reestruturar a logística estadual existente, de forma a acompanhar as necessidades atuais de transporte de pessoas e de cargas.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E ENERGIA

DIRETRIZES

Meio ambiente, recursos hídricos, saneamento básico e energia são temas estruturantes das sociedades contemporâneas. São sistêmicos, estão intimamente ligados e são interdependentes, não podendo se pensar em soluções de forma isolada, somente poderão ser idealizados considerando o todo do problema, adotando uma visão integradora dos mais diversos atores. A gestão harmônica e integrada do meio ambiente, dos recursos hídricos, do saneamento e da energia, constitui uma política pública de elevada relevância sob a ótica do desenvolvimento e da geração de emprego e renda, do respeito à biodiversidade e às especificidades do desenvolvimento sustentável. É nossa prioridade garantir a segurança hídrica à população e ao plantio irrigado, o uso racional da água e da energia, a adequada destinação e manejo dos resíduos sólidos, a coleta e tratamento dos esgotos e a despoluição dos rios. Investir em saneamento, melhora a qualidade de vida, reduz a mortalidade infantil e as despesas com tratamento de saúde, promove desenvolvimento econômico, produtividade, desenvolvimento urbano e turístico, é um bom negócio, cria empregos e gera renda, desenvolve a tecnologia e melhora o ambiente. Lembramos que, segundo a Organização Mundial da Saúde, para cada US\$ 1.00 investido em saneamento se economiza US\$ 4,3 em despesas com saúde pública. A ideia é trabalharmos, atuando por regiões e bacias hidrográficas, no sentido de entender os vários usos, como agricultura, terras indígenas etc. Trabalharemos nas causas da poluição e não somente nos seus efeitos e aceleraremos a melhoria da qualidade dos nossos rios amazônicos. Para que estas propostas se tornem realidade em nossa gestão, será necessário criar o que se chama de “governança hídrica”, agilidade no licenciamento ambiental e na emissão de outorgas de água para irrigação, em estreita e permanente parceria com os municípios, com o governo federal, a iniciativa privada e outros atores sociais para o melhor uso compartilhado dos recursos naturais.

PRINCIPAIS PRIORIDADES

1. Revisitar os procedimentos do licenciamento ambiental como instrumento de facilitação e desburocratização da documentação necessária. O licenciamento ambiental deverá conciliar os vários tipos de uso e ocupação do solo e da água.
2. Definir um modelo de gestão, com participação dos municípios, da agricultura familiar, agronegócio, indígenas e cooperativas.
3. Realizar ações compatíveis com as ações preconizadas no ZEE, com a implantação imediata das ações ali previstas.
4. Incentivar e apoiar a formação de secretarias municipais de meio ambiente, como instrumento que favoreça a rapidez nos procedimentos de licenciamento e a redução dos conflitos instaurados no território estadual.
5. Revisar e implantar a Política de Educação Ambiental estadual.
6. Modernizar os levantamentos topográficos e referências geográficas, para facilitar e modernizar as ações de licenciamento.
7. Modernizar a gestão da CAER.
8. Levar água de qualidade a todas as localidades de Roraima.
9. Implementar a universalização do saneamento básico do estado de Roraima.
10. Elaborar Plano Estadual de Resíduos Sólidos.
11. Firmar convênio permanente com os municípios do interior para garantir a limpeza urbana, a coleta e a destinação adequadas dos resíduos sólidos.
12. Combater as perdas físicas e comerciais nos sistemas de água do estado de Roraima.
13. Retomar diálogo com o governo federal para discussão da matriz energética do estado de Roraima.
14. Implementar programas de eficiência energética.
15. Criar novas formas alternativas e limpas de geração de energia, como forma de garantir eficiência e resultado na matriz energética atual.
16. Incentivar modelos de geração de energia como a energia fotovoltaica individual e em comércios e indústrias.
17. Apoiar e atuar, no âmbito estadual, para favorecer a construção do Linhão de Tucuruí que integrará Roraima ao Sistema Integrado Nacional.

MODERNIZAÇÃO, INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO

DIRETRIZES

A inovação tecnológica é considerada a estratégia mais eficaz para gerar riqueza por meio da agregação de valor à produção. As empresas inovadoras são mais lucrativas, pagam melhores salários, utilizam mão de obra mais bem qualificada, retêm talentos e são mais competitivas no mercado global. Confirma, assim, a razão e os benefícios de investir-se em parques tecnológicos, incubadoras de empresas, empresas inovadoras, startups e em iniciativas empreendedoras no estado. O sistema de ciência e tecnologia tem a missão orientada para as atividades de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, incentivos para empresas com atividades próprias e desenvolvimento no

setor público, na produção industrial e agrícola e deve ser aplicado em todas as áreas do conhecimento para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população. Nosso governo estimulará todos esses avanços e incorporará aquelas tecnologias que melhorem o seu desempenho.

A implementação de sistemas modernos como existem em outros estados, como o “Poupatempo”, que realiza várias ações em um só ponto, devem interligar instituições como o Detran, Segurança entre outros. Além disso a máquina administrativa deve estar à disposição do cidadão roraimense, proporcionando condições de utilização dos serviços públicos de forma ágil e eficiente.

PRINCIPAIS PRIORIDADES

1. Revisar todos os procedimentos administrativos para facilitar os fluxos de serviços, como forma de modernização dos acessos pela população.
2. Implantar novos sistemas de renovação tecnológica capazes de entender as várias demandas da população.
3. Realizar convênios com as universidades federal e estadual, visando estimular pesquisas no campo da gestão pública.
4. Valorizar os servidores públicos com ênfase na gestão pública, qualificando para mudanças nos procedimentos, para isso serão oferecidos cursos de capacitação e formação dos servidores.
5. Revisar a política de servidores estaduais e ampliar o quadro, com realização de concursos públicos.
6. Valorizar a pesquisa acadêmica para alavancar inovações na cadeia produtiva estadual, considerando as vocações do estado de Roraima.
7. Revisar os procedimentos para obtenção de alvarás, licenças urbanísticas, licenças ambientais entre outras, com finalidade de desburocratizar as ações e exigências desnecessárias, reduzindo prazos legais.
8. Promover diálogos permanentes com o setor privado, no sentido de entendimento de suas principais reivindicações.

HABITAÇÃO

DIRETRIZES

A política habitacional no estado de Roraima é uma de nossas principais preocupações, tendo em vista as necessidades da população, principalmente a de baixa renda. A estimativa atual é de que ainda exista um déficit considerável de moradias em todo o estado. A degradação da economia nacional nesses últimos anos e o aprofundamento da crise social levaram a população mais necessitada a cada vez mais ocupar sub-habitações totalmente irregulares e insalubres, favorecendo o surgimento de comunidades completamente desorganizadas e desprovidas de qualquer item de infraestrutura básica. A ação principal é sem dúvida o fomento à produção de novas unidades habitacionais, por intermédio das instituições e ferramentas já existentes.

Todas essas ações deverão contar também com a participação dos municípios através de incentivos fiscais municipais e estaduais e revisão dos parâmetros urbanísticos municipais específicos para Habitações de Interesse Social (HIS). É importante ressaltar que outras ações também serão primordiais na otimização da política habitacional do estado: a regularização fundiária de áreas já urbanizadas das moradias já instaladas e que contam com infraestrutura – uma força-tarefa para a titulação de áreas daquelas famílias que já contam com suas moradias, visando garantir o direito à propriedade. E, também, ações de reestruturação urbana, que visam ao processo de regularização fundiária de áreas precárias, para garantir a qualidade de vida das famílias que hoje vivem em assentamentos precários. São ações prioritárias, exequíveis a médio e longo prazos que, com a sinergia do governo estadual, da bancada federal e demais partes, poderão ser implementadas de maneira efetiva e com resultados bastante satisfatórios.

PRINCIPAIS PRIORIDADES

1. Criar a política habitacional estadual com finalidade de melhorar os instrumentos de gestão, observando as condições de um estado que está localizado na Amazônia com suas especificidades e complexidade.
2. Identificar novas demandas para elaboração de projetos, buscando formas de financiamento de novas moradias, ampliando a produção imobiliária.
3. Levantar as situações de regularização fundiária em todo o estado, principalmente entender a situação dos litigiosos, procurando a resolubilidade deles.
4. Dar continuidade a programas de moradias existentes, sejam programas de caráter estadual, federal ou mesmo iniciativas municipais, ampliando se houver necessidade.
5. Fazer articulação com associações de moradias urbanas e associações de moradias rurais para produção de moradias em parcerias com os municípios, diminuindo o déficit habitacional.
6. Incentivar a produção de loteamentos para autoconstrução, contendo infraestrutura de saneamento, diretrizes ambientais e condições energéticas sustentáveis.

CULTURA

DIRETRIZES

A política de cultura tem como objetivo incentivar a criação, a pesquisa, a produção, a circulação, a fruição da memória e do patrimônio cultural.

Cultura pode ser entendida como veículo de inclusão socioeconômica para a democratização de ideias e fortalecimento da educação e formação, por meio das artes. É uma oportunidade de transformação social. A partir desse pressuposto, fomentaremos o aproveitamento da imensa riqueza cultural do estado como plataforma de ação. Difusão, descentralização e interiorização serão pilares de programas e projetos culturais. Ouviremos os inúmeros representantes dos segmentos das artes, bem como

das manifestações culturais/tradicionais, para atualização do mapeamento cultural do estado e seus indicadores.

PRINCIPAIS PRIORIDADES

1. Revisar todas as leis de incentivos à cultura, ampliando sua abrangência e capacidade de investimento.
2. Revitalizar os espaços culturais integrados que estejam em más condições de uso, com prioridade aos existentes no interior do estado.
3. Apoiar os grupos amadores de teatro, cinema e outras atividades culturais de origem na população.
4. Promover festivais culturais temáticos, incentivando a participação dos vários grupos existentes para que consigam mostrar suas culturas e raízes.
5. Aderir aos programas federais de cultura.
6. Apoiar as manifestações culturais populares, promovendo a sua continuidade e incentivando-as, a fim de fortalecê-las, enquanto manifestações da identidade cultural da população.
7. Apoiar as iniciativas privadas, que visem à promoção das artes e da cultura regionais.
8. Dar apoio e promover o desenvolvimento das atividades artesanais tradicionais nos municípios, inclusive nas comunidades indígenas.
9. Fortalecer as festas tradicionais que hoje existem no estado de Roraima, fortalecendo as ações espontâneas e naturais, propiciando lazer e geração de emprego e renda à população.
10. Promover festivais gastronômicos, proporcionando a divulgação da culinária local, desconhecida hoje das outras regiões do país.
11. Descentralizar os espaços públicos, bem como a programação das atividades culturais.
12. Realizar projetos de intercâmbio e cooperação cultural entre as cidades do estado de Roraima e os demais estados.
13. Estimular a criação de espaços públicos de cultura autogeridos com apoio das prefeituras.
14. Elaborar os Sistemas Setoriais de Livro, Literatura e Biblioteca, e de Patrimônio e Memória.
15. Investir em ações de preservação e educação patrimonial.
16. Apoiar atividades itinerantes, levando a cultura aos bairros periféricos e à zona rural, no interior do estado.

ESPORTE E LAZER

No campo do esporte e lazer, as diretrizes dizem respeito à continuidade e ao fortalecimento das práticas desportivas, e de lazer e recreação, bem como à realização de eventos esportivos diversos, em espaços públicos e à continuidade da ação de democratização de atividades de lazer e recreação comunitárias.

Nos últimos anos, a falta de prioridade do governo do Estado, em direcionar recursos para o esporte, acarretou dificuldades na gestão pública do setor e na manutenção dos equipamentos públicos. Aliada à dificuldade de estabelecimento de parcerias, acabou por não permitir que esses espaços promovessem o pleno desenvolvimento das modalidades esportivas em formação e fomento. Tratado e implementado transversalmente, o esporte contribui para a formação integral do jovem, além de estimular valores cívicos e de cidadania. Desenvolvido por meio de atividades complementares, palestras, aulas didáticas de hábitos saudáveis de higiene, prevenção às drogas e temas direcionados ao processo de desenvolvimento da cidadania, o esporte reduz a evasão escolar, fortalece a consciência em formação e incentiva o estudo. O sedentarismo é fator de risco para o desenvolvimento da maioria das doenças adquiridas e para todas as doenças crônicas, além de gerar custo muito alto para o poder público. Assim, é necessária a introdução da iniciação esportiva na vida da população, como fator de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida.

PRINCIPAIS PRIORIDADES

1. Revitalizar os parques aquáticos.
2. Em conjunto com os Municípios, estabelecer parcerias com o setor privado com o objetivo de apoiar iniciativas esportivas comunitárias.
3. Revitalizar as praças, parques urbanos, com implantação de espaços para as famílias em todo o estado.
4. Potencializar a formação para o esporte de base.
5. Incentivar o desenvolvimento e a prática dos esportes nas escolas.
6. Fortalecer as ações do futebol amador.
7. Fortalecer o futebol profissional.
8. Promover atividades esportivas para todas as idades. Levar as academias abertas, implantadas em Boa Vista, para todo interior do estado.

TURISMO

DIRETRIZES

O estado de Roraima possui um grande potencial de turismo com trilhas, áreas amazônicas, rios piscosos, cachoeiras exuberantes, montanhas, parques e uma grande diversidade cultural, mas conta com uma rede hoteleira ainda em consolidação. Será necessário desenvolver todo esse potencial contando com a iniciativa privada para construção de infraestrutura, que favoreçam os trajetos de carro e ônibus. Muito ainda precisa ser feito para que o estado se consolide como um destino de referência, mas precisamos começar. Existe um potencial enorme de crescimento se o atual recurso investido for melhor utilizado e se houver um maior assessoramento aos municípios por parte do estado. Para o turismo do estado avançar, é preciso oferecer uma estrutura de gestão eficiente, que ofereça estratégias alinhadas em todo o estado, assessoramento

para uso adequado do recurso existente e promoção, para potencializar essa área. Devemos fortalecer, também, o turismo de negócios e de eventos, impulsionado pelo agronegócio.

PRINCIPAIS PRIORIDADES

1. Difundir o estado como ponto estratégico de pesca esportiva e como forma de preservação dos recursos hídricos e das espécies do estado.
2. Promover o turismo eficiente no estado, selecionando a vocação estadual ao turismo rural, ecoturismo e de aventura.
3. Revitalizar as praças e parques, contribuindo para a criação de empregos e geração de renda.
4. Implementação de infraestrutura de apoio aos visitantes nas áreas turísticas do estado.
5. Recuperação de estradas e trilhas com sinalização e manutenção adequada nas áreas turísticas.
6. Elaborar cartilhas e folhetos, visando divulgação das áreas turísticas de preferência nas 3 (três) línguas dos países fronteiriços.
7. Criação de cursos de capacitação técnica para agentes e guias turísticos.
8. Criação de uma escola de hotelaria amazônica, com parcerias com o sistema S, no Tepequém.
9. Regularização territorial no Tepequém.
10. Apoio ao turismo no município do Uiramutã, de acordo com as demandas das comunidades.
11. Estruturação turística do Parque da Pedra Pintada.
12. Melhoria das condições de acesso às cachoeiras existentes em todo estado.

POLÍTICAS TRANSVERSAIS E SOCIAIS

DIRETRIZES

A concepção de transversalidade é entendida de acordo com as orientações para elaboração dos programas das diversas áreas, podendo ser traduzida como “uma forma de atuação horizontal que busca construir políticas públicas integradas, por meio de ações articuladas”.

A transversalidade, então, pode ser entendida como instrumento gerencial, que visa dotar as organizações de capacidades para fazer frente a uma realidade complexa e com a qual os instrumentos clássicos não têm conseguido dialogar a contento.

A tensão entre políticas sociais específicas (ou setoriais) versus políticas transversais significa que uma outra questão surge, na perspectiva dos gestores que formulam e executam as políticas setoriais e transversais. A atual divisão de tarefas entre gestores das políticas setoriais (que implementam as políticas setoriais) e das políticas transversais (que estimulam a incorporação de problemáticas específicas na formulação e avaliação de políticas setoriais) implica vários questionamentos: até que ponto as

atividades que são delegadas para agentes executores são de fato executadas? Essa resposta será garantida na elaboração de políticas públicas para áreas que naturalmente são excluídas.

PRINCIPAIS PRIORIDADES

- 1.** Apoiar os municípios na implantação de políticas públicas voltadas à primeira infância, como forma de influenciar diretamente na formação das nossas crianças. Este tema é muito sensível e deverá ter uma atenção grande do governo, transformando o estado de Roraima em um estado da primeira infância.
- 2.** Implementar política pública de atenção aos idosos e pessoas com deficiência.
- 3.** Articular os vários centros de referências como CRAS, CREA e CAPS, fortalecendo as ações dentro desses núcleos, em parceria com os municípios.
- 4.** Desenvolver programas de combate a abusos e exploração de menores, crianças indígenas e vulneráveis.
- 5.** Combater a pobreza e a miséria generalizada e a desigualdade social. É fundamental que o estado de Roraima saia do ranking de estado mais desigual do Brasil. É necessário qualificar e conduzir as pessoas aos programas sociais existentes e gerar outros de geração de emprego e renda.
- 6.** Criar programas para a juventude que incentivem a redução da violência, com canais de diálogos, que contenham a evasão escolar e tragam incentivos a programas de primeiro emprego.
- 7.** Criar programas de prática saudável de esportes, cultura e lazer, específicos para o segmento dos jovens, das mulheres e dos idosos, com linguagens adequadas para cada segmento.
- 8.** Ampliar a atuação das mulheres em vários setores da nossa sociedade.
- 9.** Aprimorar os programas de combate a violência doméstica.
- 10.** Elaborar e executar ações de espaços públicos, beneficiando a pessoa com deficiência, facilitando a locomoção e deslocamento.
- 11.** Realizar ações que tornem as cidades mais acessíveis e mais humanizadas.
- 12.** Aprimorar as políticas voltadas às comunidades indígenas, em todos os aspectos, no sentido de valorizar sua educação, saúde, produção, segurança, cultura no território nacional, reconhecendo a importância de suas tradições, povos tradicionais.